



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ**



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

14 – PROCURADOR JURÍDICO

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.
Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ**



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

GABARITO APÓS RECURSOS

14 – PROCURADOR JURÍDICO

01.	A	11.	C	21.	A	31.	B
02.	C	12.	D	22.	E	32.	ANULADA
03.	A	13.	A	23.	D	33.	C
04.	D	14.	B	24.	C	34.	A
05.	B	15.	B	25.	B	35.	E
06.	E	16.	C	26.	D	36.	E
07.	E	17.	B	27.	E	37.	C
08.	D	18.	B	28.	A	38.	E
09.	D	19.	A	29.	D	39.	ANULADA
10.	D	20.	C	30.	E	40.	A

01. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Concurso Público para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
02. Esta PROVA consta de 40 questões objetivas.
03. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
04. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor azul ou preta, na FOLHA DE RESPOSTAS.
05. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número 41 serão desconsideradas.
06. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
07. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
08. A duração da prova é de **03 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
09. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

Instrução: As questões **01** a **10** referem-se ao texto abaixo.

01 Não águas poluídas na Baía de Guanabara
02 naquele tempo. Muito menos havia o Piscinão de
03 Ramos. Estamos em julho de 1952, e a Praia de
04 Ramos, situada no caminho do Rio de Janeiro dos
05 subúrbios, é um lugar aprazível. Não tem o encanto
06 das praias da Zona Sul nem é lugar para ricos e
07 poderosos, como Copacabana, mas oferece condições
08 para um honesto banho de mar. É sábado, faz sol.

09 Um carro estacionado em frente à praia provoca
10 um princípio de alvoroço. "Será ele? Sim, é ele."
11 Ninguém menos que o presidente da República,
12 Getúlio Vargas, descia do carro e, de terno e gravata,
13 caminhava em direção à praia. As pessoas
14 rapidamente procuravam disfarçar a seminudez dos
15 maiôs com as peças de roupa de que conseguiam
16 lançar mão. Como se era respeitoso e pudico em
17 1952! Os próprios presidentes da República, em anos
18 posteriores, não se incomodariam em se deixar
19 fotografar em calção de banho. Naquele tempo, o
20 presidente vinha de terno à praia, e as pes-
21 soas, mesmo que estivessem entregues à folga de
22 um fim-de-semana à beira-mar, sentiam-se, ao
23 divisá-lo, na obrigação de se comporem.

24 Acompanhado pelo grupinho que descera com ele,
25 Getúlio avançou areia adentro, sorrindo. Em seguida,
26 narra Flávio Tavares, que esteve presente à cena, or-
27 denou alguma coisa e o grupinho se afastou. Ele ficou
28 sozinho, longos minutos em silêncio, olhando o mar.
29 Depois, abaixou-se, agarrou um punhado de areia e
30 deixou-a deslizar-lhe pelos dedos. Alguns curiosos,
31 devidamente cobertos, tinham se aproximado. O pre-
32 sidente despediu-se de um a um, deu as costas e vol-
33 tou para o automóvel. As pessoas desvencilharam-se
34 dos trapos que lhes socorrido a pudicícia e volta-
35 ram à escassez dos trajes de banho.

36 O que há de extraordinário nessa cena é que ela
37 não tem nada de extraordinário. O presidente nela se
38 apresenta sem a pompa do poder. Permite-se um
39 momento de homem comum. E, no entanto, quanto
40 mistério naquele singelo desejo de parar um momen-
41 to em frente ao mar e sentir a areia nas mãos. Getúlio
42 tinha então 69 anos. Estava no segundo ano de seu
43 segundo período como presidente e dois anos
44 e um mês de encontrar no suicídio a solução para
45 o beco em que os inimigos de emparedá-lo.
46 Naquele sábado, ele sentiu – por que será? – ne-
47 cessidade de, por um instante que fosse, deter-se
48 só na praia, tendo diante dos olhos a imensidão do
49 mar e a experimentar, nas mãos, a pequenez da
50 areia, antes de seguir caminho.

Adaptado de: TOLEDO, R. P. de. Olhos no mar, areia nas mãos. Veja, 18 de agosto de 2004.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 01, 34, 43 e 45, respectivamente.

- (A) havia – haviam – a – haveriam
- (B) haviam – havia – há – haveria
- (C) havia – havia – à – haveriam
- (D) havia – haviam – a – haveria
- (E) haviam – havia – há – haveriam

02. Segundo o que diz o texto, é surpreendente que

- (A) houvesse banhistas naquele tempo na Praia de Ramos.
- (B) o presidente da República fosse de terno e gravata à praia.
- (C) Getúlio viesse à praia simplesmente pelo desejo de contemplar o mar e experimentar a sensação da areia nas mãos.
- (D) os banhistas ficassem constrangidos com a própria indumentária ao encararem ninguém menos que o presidente.
- (E) se permita, hoje em dia, que os presidentes sejam fotografados em traje de banho.

03. A mesma regra determina o uso do sinal gráfico de acento em **poluídas** (l. 01) e na palavra

- (A) **Baía** (l. 01).
- (B) **subúrbios** (l. 05).
- (C) **aprazível** (l. 05).
- (D) **sábado** (l. 08).
- (E) **suicídio** (l. 44).

04. Abaixo, são propostas algumas alterações em períodos do primeiro parágrafo.

- I. deslocamento para o início da frase (com os ajustes de letra maiúscula) da expressão **naquele tempo** (l. 02), seguida de vírgula
- II. substituição da conjunção **e** (l. 03) por **onde**
- III. substituição de **nem** (l. 06) por **tampouco**
- IV. substituição da vírgula da linha 08 pela conjunção **e**

Quais delas manteriam a correção do período em que se encontram?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

05. Assinale a alternativa que contém sinônimos adequados para as palavras **honesto** (l. 08), **pudico** (l. 16), **escassez** (l. 35), no contexto em que aparecem.

- (A) puro – pudente – privação
- (B) decente – recatado – exigüidade
- (C) íntegro – tímido – falta
- (D) honrado – inocente – economia
- (E) digno – casto – ausência

06. As afirmações que seguem referem-se ao trecho "**Será ele? Sim, é ele.**" (l. 10).

- I. A seqüência em destaque procura concretizar para o leitor o alvoroço que se criava na praia.
- II. O emprego das aspas indica que o autor do texto está relatando o que teriam dito as pessoas naquele momento.
- III. Como recurso estilístico, o autor poderia ter substituído as formas verbais, **Será** e **é** por **Seria** e **era**, respectivamente. Neste caso, as aspas deveriam ser retiradas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

07. Considerando a relação de significado que o período que se inicia na linha 19 mantém com o restante do parágrafo, qualquer uma das expressões abaixo poderia substituir **mesmo que** (l. 21), **EXCETO**

- (A) embora.
- (B) não obstante.
- (C) conquanto.
- (D) se bem que.
- (E) contanto que.

08. Assinale a alternativa na qual se faz uma afirmação **INCORRETA** sobre a pontuação do texto.

- (A) A vírgula na linha 20 separa duas orações coordenadas aditivas, em que o sujeito da segunda é distinto do sujeito da oração anterior.
- (B) A vírgula da linha 24 separa uma oração subordinada adverbial anteposta à oração principal.
- (C) As vírgulas na linha 26 demarcam uma oração adjetiva explicativa.
- (D) As vírgulas na linha 29 demarcam um aposto.
- (E) As vírgulas na penúltima linha do texto têm função de realce e poderiam ser suprimidas sem prejuízo à correção da frase.

09. Caso a expressão **as pessoas** (l. 20-21) fosse substituída por **o povo**, quantas outras palavras do mesmo período deveriam sofrer modificações relativas à concordância?

- (A) Uma.
- (B) Duas.
- (C) Três.
- (D) Quatro.
- (E) Cinco.

10. As afirmações que seguem se referem à crase.

- I. Caso substituíssemos a seqüência **esteve presente** (l. 26) por **presenciou**, seriam mantidas as condições para a crase.
- II. Caso substituíssemos **voltaram** (l. 34-35) por **retrocederam** (l. 34-35), seriam mantidas as condições para a crase.
- III. Caso substituíssemos a seqüência **se apresenta sem** (l. 37-38) por **se furta**, seriam criadas as condições para a crase.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

11. Quando é estabelecido que o poder não será exercido pelo titular, mas por órgãos de soberania, com atribuições de defesa do interesse popular, está em questão o princípio

- (A) da dignidade em função dos direitos do homem.
- (B) do garantismo popular.
- (C) da representação.
- (D) da participação popular.
- (E) dos freios e contrapesos.

12. O Código de Ética da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul foi instituído pela Resolução nº 2.514, de 30.11.1993, proposto pelo Deputado Athos Rodrigues, já falecido. Das alternativas abaixo, assinale a que **NÃO** faz parte dos deveres dos Deputados em suas regras de conduta.

- (A) Agir de acordo com a boa-fé e respeitar a propriedade intelectual das proposições dos demais parlamentares.
- (B) Eximir-se de manipular recursos do orçamento para beneficiar regiões de seu interesse, de forma injustificada, ou obstruir maliciosamente proposições de iniciativa de outro Poder.
- (C) Combater o nepotismo e não perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico.
- (D) Prestar contas das principais atividades de seu mandato, através da imprensa, da internet e da rede de televisão oficial do Poder Legislativo, devendo apresentar defesa com relação às proposições não aprovadas e às sanções eventualmente recebidas.
- (E) Não portar arma no recinto da Assembléia Legislativa e distribuir, criteriosamente, os auxílios e benefícios destinados a instituições e pessoas carentes, sem utilizá-los em proveito próprio.

13. O Gabinete do Prefeito solicitou que fosse analisado um projeto de lei de autoria de um Vereador muito popular, proposição aprovada pela unanimidade dos edis. O projeto tem a finalidade de criar 500 vagas no serviço público municipal e atribuir um aumento de 50% nos salários do funcionalismo.

Assinale a alternativa que corresponde à solução adequada apresentada para o Prefeito.

- (A) o projeto deve ser vetado pelo Prefeito, pois afronta o poder de organização da administração pelo Chefe do Executivo e cria despesas.
- (B) O projeto deve ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade frente ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pois afronta o poder de organização da administração pelo Chefe do Executivo e cria despesas.
- (C) O projeto deve ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade frente ao Superior Tribunal de Justiça, pois afronta o poder de organização da administração pelo Chefe do Executivo e cria despesas.
- (D) O projeto deve ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade frente ao Supremo Tribunal Federal, pois afronta o poder de organização da administração pelo Chefe do Executivo e cria despesas.
- (E) O controle concentrado de constitucionalidade não se aplica aos projetos de lei municipais, devendo ser objeto de controle difuso, mas passível de ação declaratória de inconstitucionalidade.

14. Com relação aos servidores públicos, há regras específicas no tocante ao seu regime jurídico. Uma lei municipal estaria de acordo com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais relativos ao acesso, à progressão e ao desenvolvimento da carreira dos servidores se

- (A) admitisse, em razão de merecimento ou necessidade, a substituição temporária de um servidor titular de um cargo efetivo pelo integrante de outra carreira do quadro municipal.
- (B) afirmasse a necessidade de exame psicotécnico para que os candidatos ingressassem na carreira de Procuradores Municipais.
- (C) determinasse que o servidor ocupante de um cargo extinto passasse a integrar um cargo distinto, porém recém-criado por lei, desde que o servidor do cargo extinto tivesse a qualificação técnica para ocupar a nova função.
- (D) permitisse a progressão de servidores ocupantes de cargos de nível médio para funções de nível superior.
- (E) regulasse a situação de servidores em desvio de função, admitindo que os mesmos fossem revertidos para o cargo que exerciam em desvio.

15. No recreio de uma Escola Municipal, duas crianças pulam o muro e vão brincar num parque próximo. Após uma desavença, uma das crianças empurra a outra e a mesma é atropelada por uma bicicleta, vindo a quebrar a perna.

Analise o caso e assinale a alternativa **VERDADEIRA**.

- (A) Nesse caso, não há responsabilidade do Poder Público, pois as crianças fugiram da Escola, recau a indenização sobre os responsáveis pela criança que causou o dano.
- (B) Como se trata de um dever de proteção e guarda, independente de outros aspectos relativos aos responsáveis pela criança e ao condutor da bicicleta, há responsabilidade do Poder Público.
- (C) Apenas haverá responsabilidade do Poder Público se ficar comprovada a culpa do agente (*faute du service*), pois o caráter omissivo impõe a responsabilidade subjetiva. Mas, em qualquer hipótese haverá a indenização por parte dos responsáveis pela criança, estando isento de qualquer responsabilidade o condutor da bicicleta.
- (D) Como a causa próxima que ensejou o dano foi o atropelamento, somente a responsabilidade do condutor da bicicleta, se houver culpa de sua parte, poderá ser discutida.
- (E) Para que seja definida uma eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público, além dos outros desdobramentos possíveis com relação aos responsáveis pela criança, deve ser observado se a área em que trafegava a bicicleta era adequada, pois não há como atribuir qualquer dever quando a fuga das crianças foi um caso fortuito. Porém, em qualquer hipótese, deve ser examinada a conduta do condutor da bicicleta.

16. Num belo dia de sol, Ivan Ilitch, pai de uma aluna de escola da rede municipal, ao participar de uma reunião de pais e mestres, teve o seu veículo, de fabricação russa, furtado na rua em frente à escola onde sua filha estudava. No mesmo dia, acorrentada a uma grade, ao lado do veículo de Ivan Ilitch, a bicicleta do aluno Emílio foi danificada pela queda de uma árvore velha e seca, localizada em um canteiro na calçada. Interessada numa solução justa para ambos os casos, a Procuradora-Geral do Município solicita que você dê um parecer sobre os eventos.

Das alternativas a seguir, assinale a que corresponde à melhor orientação a ser dada neste caso.

- (A) O Município deve sempre esperar as ações judiciais, pois a solução administrativa de casos de responsabilidade afetaria as finanças municipais, ao passo que um processo judicial poderia levar vários anos. Não se pode privilegiar um administrado com uma indenização quando a solução, pela via judicial, pode ser mais favorável à Fazenda Municipal; ademais, no caso está presente a força maior, que afasta a responsabilidade.
- (B) O Município pode, nos casos em que sejam inequívocos o nexo causal e a responsabilidade do Poder Público, indenizar pela via administrativa. É o que ocorre com o automóvel, pois o furto foi na via pública, em frente à Escola, quando Ivan Ilitch atendia a uma convocação do conselho de pais e mestres. Já o caso da bicicleta é inviável, pois a queda de uma árvore é caso fortuito.
- (C) O Município pode, nos casos em que sejam inequívocos o nexo causal e a responsabilidade do Poder Público, indenizar pela via administrativa. É o que ocorre com a bicicleta, pois, diante dos elementos relativos à árvore, é inquestionável a responsabilidade do ente municipal. No entanto, com relação ao automóvel, não há nexo causal, pois o furto foi na via pública, em frente à Escola, sendo irrelevante o fato de que Ivan Ilitch atendia a uma convocação do conselho de pais e mestres.
- (D) O Município não só pode como deve indenizar administrativamente em ambos os casos, pois é flagrante a responsabilidade, uma vez que o Município tem uma guarda municipal e, em ambos os casos, constata-se o funcionamento anormal do serviço (culpa do serviço, *faute du service*).
- (E) Por se tratarem de bens privados, sendo o furto do automóvel um fato de terceiro e a queda da árvore um inequívoco caso fortuito, embora possa o Município indenizar administrativamente, nos dois casos nada é devido. Deve-se aguardar eventual ação, pois a orientação jurisprudencial deverá dar ganho de causa ao Poder Público em ambos os casos.

17. Num hospital municipal, um paciente se recusa insistentemente a submeter-se a uma intervenção cirúrgica que o sujeita a risco de vida. O médico solicita uma posição urgente sobre o assunto. Instada pela Secretaria da Saúde, a Procuradoria do Município pede o seu parecer.

Assinale a alternativa que sintetiza o teor do parecer mais adequado.

- (A) Devem ser consultados os familiares do paciente, que, uma vez concordando, eximem de qualquer responsabilidade, pois o paciente não está em condições de manifestação de vontade válida.
- (B) A manifestação de vontade do paciente é válida, pois ele não pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, à intervenção cirúrgica.
- (C) A posição é no sentido de que deve sempre prevalecer a orientação do médico, ainda que a intervenção sujeite o paciente a risco de vida.
- (D) A posição é no sentido de que deve ser formada, urgentemente, uma junta médica, a qual deverá decidir se a intervenção cirúrgica deve ser realizada.
- (E) A posição é no sentido de que deve ser formada, urgentemente, uma junta médica, a qual deverá decidir se a intervenção cirúrgica tem chances de sucesso, ficando a mesma responsável apenas pela utilização dos meios necessários e não pelo resultado da operação, sendo indiferente a posição do paciente.

18. Um casal, com quatro filhos, construiu sua casa numa parcela de 200m² do Parque Municipal de Eventos de Gravataí, na localidade de Itacolomi, onde mora com a sua família desde 1999. Convocado pelo Prefeito para analisar a questão, o Procurador Jurídico deve responder que

- (A) o particular adquiriu, por usucapião constitucional, a propriedade daquele imóvel.
- (B) o particular não tem posse sobre o bem, não sendo titular do direito de retenção.
- (C) é viável a pretensão de desocupação da área, mas o particular tem direito à retenção até que o Município indenize o valor da casa e das demais benfeitorias efetuadas.
- (D) como o particular exerce a posse clandestina do bem, não tem direito à retenção, mas deve ser indenizado pelas benfeitorias necessárias e úteis, podendo levantar as voluptuárias.
- (E) nada pode ser feito pois, apesar de não ter a posse *ad usucapionem* sobre o bem imóvel, certamente o particular é titular da posse *ad interdicta*, com a exceção do lapso temporal a elidir qualquer pretensão do Município.

19. Com relação ao penhor, à hipoteca e à anticrese, é correto afirmar que

- (A) é nulo o pacto comissório.
- (B) os bens hipotecados não podem ser objeto de penhora.
- (C) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida exonera a parcela correspondente da garantia, em função da divisibilidade que é inerente às garantias reais.
- (D) é necessário o pacto compromissório no tocante à anticrese.
- (E) é vedada a excussão.

20. Com relação à sociedade limitada, é correto afirmar que

- (A) o capital social é dividido em ações.
- (B) em função da desconsideração da personalidade jurídica, após a integralização do capital social, os demais bens dos sócios não podem ser vinculados às obrigações da empresa.
- (C) os sócios e terceiros podem ser administradores.
- (D) cada sócio responde pelas suas quotas, não se caracterizando hipóteses de solidariedade.
- (E) o conselho fiscal é obrigatório.

21. Um servidor da Secretaria de Obras, encarregado da fiscalização das obras de pavimentação de uma rua, também era responsável pela liberação de maquinário da Prefeitura quando os equipamentos da empresa que prestava os serviços estavam em manutenção, recebendo uma contraprestação em cargas de brita em favor da municipalidade. Como o sítio de propriedade do servidor tinha problemas de acesso, ele determinou que uma carga de brita fosse entregue no seu imóvel, onde efetivou obras para regularizar a sua via interna de acesso, da porteira até a casa. No presente caso, estamos diante de qual hipótese?

- (A) Peculato.
- (B) Excesso de exação.
- (C) Descaminho.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.

22. Numa pizzaria da cidade, um grupo de empresários da área de coleta de lixo se reuniu e começou a relatar que solucionaram um problema referente a uma licitação para a contratação de seus serviços. Disseram abertamente que resolveram o problema numa mesa de pôquer, afirmando que o dono da empresa Ximbica, como vencedor, apresentaria uma proposta com R\$ 1,00 a menos do que o valor máximo previsto para os serviços, enquanto todas as outras apresentariam propostas no valor máximo, ganhando, assim, mais uma vez, o contrato de limpeza urbana da cidade, o qual já exercia com base num contrato anterior. Todos sorriam e se divertiam, relatando que coagiram dois outros empresários que não quiseram entrar na brincadeira. Sem ser percebido, um jornalista gravou a conversa e publicou uma nota com nomes cifrados de todos os envolvidos. Após o resultado da licitação, o jornalista fez uma matéria sobre o assunto. No dia seguinte, quatro outras pessoas que estavam na pizzaria foram à Procuradoria do Município e confirmaram o fato. Foi realizada uma reunião para avaliar o assunto.

Assinale a alternativa que corresponde à melhor posição da Procuradoria Jurídica na situação acima descrita.

- (A) Trata-se de dívida de jogo, não pode ser exigida pela empresa Ximbica; então, como a proposta está nos limites apresentados pela Administração, não há vício. O que poderá ser feito, se houver interesse público, é a revogação do contrato que a empresa vencedora tem o direito de celebrar com o Poder Público, já os desdobramentos penais e de improbidade refogem à competência da Procuradoria do Município, pois são crimes contra a licitação.
- (B) A gravação é uma prova ilegal, não podendo ser utilizada no caso. Assim, por se enquadrar nos limites apresentados pela Administração, nada pode ser feito com relação à licitação; a única hipótese é a instauração de uma CPI na Câmara dos Vereadores que, após apurar os fatos, poderá remeter a matéria ao Ministério Público, se conseguir carrear provas lícitas. Por sua vez, a ação da polícia é de competência estadual.
- (C) A licitação deve ser revogada, contratando-se uma das duas empresas que foram coagidas para deixarem de participar do conluio, declarando-se a inidoneidade das empresas envolvidas para licitarem com o Município, sem deixar de levar a matéria à Polícia Civil e à Câmara dos Vereadores, por haver indícios de crimes contra a Administração.
- (D) A licitação deve ser revogada, contratando-se emergencialmente a empresa Ximbica, pois já prestava os serviços, devendo ser levada a matéria, que é estritamente criminal, por crime contra a fé pública, ao conhecimento do Delegado de Polícia e da Câmara dos Vereadores, que são competentes para tratar das responsabilidades criminais e políticas.
- (E) A licitação deve ser revogada, iniciando-se nova licitação, contratando-se emergencialmente empresa não envolvida, bem como instaurando-se procedimento administrativo para verificação de inidoneidade das empresas envolvidas. A matéria criminal, consubstanciada em crimes relativos a licitações, deve ser levada às autoridades competentes.

23. Diante do risco de danos à Bacia do Gravataí, em função da atividade de um empresário que vem despejando grandes quantidades de poluentes no rio, foi pedida à Procuradoria Jurídica uma posição com relação às alternativas de defesa dos interesses difusos.

Assinale a alternativa que corresponde à melhor posição para o caso.

- (A) Encaminhar a questão ao Ministério Público, pois é o titular da ação penal e da ação civil pública em matéria ambiental.
- (B) Prestar queixa junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e ao Ministério Público, pois a iniciativa é da alçada do Estado.
- (C) Impetrar mandado de segurança coletivo, com pedido de liminar, contra os coatores que vêm provocando o risco de poluição, demonstrando o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.
- (D) Ingressar com ação civil pública cautelar, para fazer cessar os danos, demonstrada a verossimilhança e a emergência, sem prejuízo da ação principal.
- (E) No exercício do poder de polícia, convocar a Brigada Militar e fechar a empresa, aplicando-lhe uma multa proporcional aos danos causados, procedendo-se, após a cessação das atividades danosas, à notificação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM para as demais medidas cabíveis.

24. Extinta uma ação de indenização contra o Município de Gravataí, declarando o Juízo competente a prescrição, a parte autora ingressou com recurso de apelação, provido contra o voto do Desembargador Relator, com acórdão publicado no dia 06 de março de 2006. O recurso de embargos infringentes, sem efetivação de preparo, foi interposto em 23 de março, conforme o Calendário abaixo.

	D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3	4
MARÇO	5	6	7	8	9	10	11
	12	13	14	15	16	17	18
	19	20	21	22	23	24	25
	26	27	28	29	30	31	

Considerando que os termos *a quo* e *ad quem* do prazo recursal recaíram em dias úteis, nos termos do calendário acima, avalie a decisão exarada. Essa decisão não conheceu do recurso por intempestividade, falta de preparo e inadequação da peça recursal.

Das alternativas abaixo, assinale a que corresponde a uma avaliação correta dessa decisão.

- (A) Qualquer recurso seria inútil, pois a peça era intempestiva e não foi objeto de preparo, devendo ser efetivada a inscrição da dívida e recomendado o pagamento sem preterição de ordem no tocante aos precatórios.
- (B) Em se tratando de peças análogas, cabe agravo regimental para declarar que, em função da fungibilidade, o recurso de embargos infringentes deve ser recebido como recurso especial, examinado pela Presidência do Tribunal e encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça, pois o preparo não é essencial ao conhecimento do recurso.
- (C) Da decisão cabe recurso especial, precedido de embargos de declaração se não forem vazados no acórdão os dispositivos legais e teses hábeis à cognição extraordinária (*lato sensu*).
- (D) Da decisão cabem recurso especial e recurso extraordinário, sendo necessária a interposição de embargos declaratórios para enfrentamento dos dispositivos constitucionais.
- (E) Uma vez que qualquer recurso seria inviável, é cabível a ação rescisória, com a possibilidade de pedido de antecipação de tutela, se houver fundado risco de dano irreparável ou de difícil reparação para as finanças do Município.

25. Com relação ao recurso extraordinário, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) Da decisão do Tribunal de Justiça do Estado que determina a intervenção estadual num determinado Município, cabe recurso extraordinário.
- (B) Da decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal, cabe recurso extraordinário.
- (C) Ao conhecer o recurso extraordinário, fica o Supremo Tribunal Federal restrito à matéria constitucional, pois a aplicação do direito ao caso é incumbência do Tribunal de Justiça ou do Tribunal Regional Federal, conforme a situação.
- (D) O recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, ainda que contrário à orientação plenária *ad quem*, requer a descrição analítica do acórdão recorrido e do acórdão paradigma, que não pode ser do mesmo tribunal que decidiu a questão recorrida.
- (E) Quando a questão constitucional não for ventilada no acórdão, deve a parte interpor embargos de declaração antes do recurso extraordinário que, uma vez não admitido no âmbito da presidência do Tribunal de Justiça, sob o fundamento de falta de prequestionamento, dá ensejo à Reclamação, dirigida ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

26. Nos termos da Lei Municipal nº 681/91, qual das seguintes hipóteses **NÃO** é forma de provimento em cargo público?

- (A) Nomeação.
- (B) Transferência.
- (C) Reversão.
- (D) Transposição.
- (E) Aproveitamento.

27. Segundo o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Gravataí, o prazo para o servidor entrar em exercício, contado a partir da data da posse, é de

- (A) 7 dias.
- (B) 7 dias úteis.
- (C) 10 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

28. A administração básica do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG – é composta dos seguintes órgãos:

- (A) Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- (B) Conselho Consultivo, Superintendência-Geral e Conselho Fiscal.
- (C) Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Curador.
- (D) Conselho Consultivo, Diretoria Executiva e Conselho Curador.
- (E) Conselho Deliberativo, Superintendência-Geral e Conselho Fiscal.

29. Considere as operações abaixo.

- I. aquisição de títulos da dívida pública
- II. empréstimos aos seus associados, praticadas as taxas de juros de mercado
- III. aquisição de ações de empresas estatais ou de estabelecimentos financeiros vinculados ao poder público
- IV. operações em bolsas

Quais delas são permitidas para aplicação financeira das disponibilidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG, nos termos da Lei Municipal nº 1053/96?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

30. Considere as afirmações abaixo no que se refere ao disposto na Emenda Constitucional nº 20/1998.

- I. manteve a aposentadoria compulsória dos servidores públicos aos 75 (setenta e cinco) anos de idade
- II. determinou a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos para as mulheres, para a aposentadoria voluntária dos servidores públicos
- III. aplicou o regime geral de previdência social aos servidores públicos ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração
- IV. afirmou o regime de previdência de caráter contributivo para os servidores públicos

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

31. A instituição de regime de previdência complementar

- (A) deve ser criada por Decreto de autoria do Chefe do Poder Executivo.
- (B) deve ser criada por lei de iniciativa do Poder Executivo, no âmbito do respectivo ente federativo.
- (C) deve ser criada de acordo com Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social, por ato administrativo do Chefe do Poder Executivo.
- (D) pode ser gerida por entidades abertas de previdência social, desde que sejam autorizadas pelo Banco Central do Brasil e credenciadas junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
- (E) pode ser gerida por entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública ou privada.

32. Com relação ao regime previdenciário, em favor dos servidores, nos termos do art. 40 da Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) é admitida a concessão de aposentadoria, com critérios diferenciados, em favor dos portadores de deficiência.
- (B) é admitida a concessão de aposentadoria, com critérios diferenciados, em favor daqueles que exerçam atividades de relevância social.
- (C) é admitida a concessão de aposentadoria, com critérios diferenciados, em favor dos que exerçam atividades prejudiciais à saúde.
- (D) não é admitida a criação de nenhum critério diferenciado para a aposentadoria de servidores, pois o ingresso em situações diferenciadas, como o risco de vida e a insalubridade, estão sujeitos a adicionais, e as doenças e deficiências são sempre pré-existentes, devendo ser anotadas quando do exame médico de ingresso na carreira.
- (E) não é admitida a criação de nenhum critério diferenciado para a concessão de aposentadoria, respeitados os elementos referentes à pessoa e à atividade, nos casos permitidos pela Constituição e definidos em lei complementar.

33. Com relação às regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considere as afirmações abaixo.

- I. O descumprimento do disposto na Lei nº 9.717/98, a contar de 1º de julho de 1999, acarreta a suspensão das transferências obrigatórias de recursos pela União.
- II. O descumprimento do disposto na Lei nº 9.717/98, a contar de 1º de julho de 1999, não impede a concessão de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções por órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.
- III. Compete à União a orientação, a supervisão e o acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas I e III.

34. Nos termos da Orientação Normativa MPAS nº 03/04, com relação à aposentadoria, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a aposentadoria compulsória para o homem é aos 70 anos e para a mulher é aos 65 anos, ficando vedada a percepção de proventos inferiores ao salário mínimo.
- (B) a aposentadoria voluntária, por idade e tempo de contribuição, está sujeita, com relação ao homem, aos seguintes requisitos: tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público; tempo mínimo de 5 anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e 60 anos de idade e 35 de tempo de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 de tempo de contribuição, se mulher.
- (C) a aposentadoria voluntária, por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição está sujeita aos seguintes requisitos: tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público; tempo mínimo de 5 anos de efetivo exercício no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher.
- (D) uma vez comprovado o efetivo e exclusivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos para a aposentadoria por idade e tempo de contribuição serão reduzidos em 5 anos.
- (E) o aposentado por invalidez que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada a partir da data do retorno.

35. Segundo a Lei Municipal nº 1493/99, o servidor aposentado por invalidez, enquanto não completar 55 (cinquenta e cinco) anos, será obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cada

- (A) 30 (trinta) dias.
- (B) 6 (seis) meses.
- (C) 18 (dezoito) meses.
- (D) 1 (um) ano.
- (E) 2 (dois) anos.

36. Considere as afirmações abaixo, levando em conta a Lei Municipal nº 1493/99.

- I. Verificada a recuperação da capacidade laborativa, após a concessão da aposentadoria por invalidez, quando a recuperação for total e ocorrer dentro de dois anos contados da data do início da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção, o benefício cessará de no prazo de seis meses, para o segurado que tiver direito a retornar à função que desempenhava ao se aposentar.
- II. Prevalendo o que conferir maior vantagem, quando proporcional ao tempo de serviço, o provento do servidor inativado por invalidez não será inferior ao salário mínimo, observada a redução da jornada de trabalho a que estava sujeito o empregado, ou menor VRV (Valor Referencial de Vencimentos) salarial pago pelo Município a servidor efetivo.
- III. Concluída a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado a contar do 16º (décimo sexto) dia do afastamento da atividade ou a partir da data da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias.
- IV. Concedida a aposentadoria por invalidez, inclusive mediante transformação de auxílio-doença deferido na forma do artigo 69 e parágrafo único da Lei Municipal 1.053, a referida aposentadoria estará condicionada ao afastamento de todas as atividades.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

37. Nos termos da Lei Municipal nº 1730/01, quais dos seguintes fatos são, simultaneamente, requisitos indispensáveis para a concessão do auxílio-doença?

- (A) Estar a segurada em licença-gestante e haver carência de 12 (doze) meses de filiação ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG.
- (B) Estar incapacitado para a atividade funcional por mais de 30 (trinta) dias consecutivos e não ser o segurado portador da doença invocada como causa para percepção do benefício, antes de sua filiação ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG.
- (C) Estar incapacitado para a atividade funcional por mais de 15 (quinze) dias consecutivos e haver carência de 12 (doze) meses de filiação ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG.
- (D) Estar a segurada em licença-gestante e estar incapacitada para a atividade funcional por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.
- (E) Estar incapacitado para a atividade funcional por mais de 30 (quinze) dias consecutivos e haver carência de 18 (dezoito) meses de filiação ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG.

38. Segundo o Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG, os prestadores de serviços credenciados

- (A) podem cobrar diferença de honorários médicos, diretamente do segurado, até o percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado em tabela.
- (B) podem cobrar diferença de honorários médicos, diretamente do segurado, até o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor fixado em tabela.
- (C) podem cobrar diferença de honorários médicos, diretamente do segurado, até o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor fixado em tabela.
- (D) podem cobrar diferença de honorários médicos, diretamente do segurado, até o percentual máximo de 10% (dez por cento) do valor fixado em tabela.
- (E) não podem cobrar diferença de honorários médicos diretamente do segurado.

39. Segundo o Regulamento do Sistema de Assistência à Saúde do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG, no caso de reconsulta, o prazo a ser observado, contado a partir da data da consulta inicial, é de

- (A) 5 (cinco) dias.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

40. Quantos médicos deverão compor a Junta Médica Pericial do Sistema de Previdência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG?

- (A) 2 (dois), habilitados em medicina do trabalho.
- (B) 3 (três), sem necessidade de habilitação específica.
- (C) 5 (cinco), sem necessidade de habilitação específica.
- (D) 3 (três), sendo pelo menos 1 (um) habilitado em medicina do trabalho.
- (E) 5 (cinco), sendo pelo menos 2 (dois) habilitados em medicina do trabalho.